

MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS
JOSÉ EMMANUEL BURLE FILHO
PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO
INGRESSO MPSP: 20/09/1972 E SAÍDA 12/04/1996

APMP: Dr. José Emmanuel Burle Filho ingressou no Ministério Público em 20 de Setembro de 1972 e ficou na instituição até a sua aposentadoria em 12 de abril de 1996. Gostaríamos que o senhor contasse um pouco de sua trajetória no MP, desde que começou.

Inicialmente, eu queria agradecer a Dra. Cyrdêmia, pelo convite, pela ideia. Eu já disse no Memorial de Ministério Público e vou insistir aqui, porque eu tenho a certeza de que colegas nossos novos, e que virão, acabarão ouvindo a nossa experiência e a nossa luta para deixar o Ministério Público do jeito que eles estão encontrando hoje. Então a memória, eu acho que é importante para mostrar para a juventude do Ministério Público, os novos promotores, que as conquistas que nós temos foram extremamente difíceis. Tiveram momentos, a meu ver, de benção de Deus, mostrando que a hora é agora, senão não muda mais. A PEC 37 recentemente revelou isso. Nós pegamos um período pós-revolução em que a nação queria reforma, queria mudar e queria mudar pra melhor. E nós entramos nesse barco e conseguimos o que,

confesso pra vocês, não esperava, no percentual que nós conseguimos.

Então, porque que eu entrei no Ministério Público? É uma história até curiosa. Eu pensava em ser administrador de empresas. Fiz contabilidade, na Álvares Penteado e fiz Direito na São Francisco. Eu pensava em até em fazer administração na GV (Getúlio Vargas), mas durante a faculdade de Direito eu comecei a ler sobre o Ministério Público, estudar o Ministério Público. Tinha um vizinho meu, o Dr. Gonzaga, que era desembargador. Vizinho de parede. Ele me chamava e falava: “Zezinho você tem de ser promotor, você se preocupa com o social, você é um cara que gosta de brigar, no futebol, aqui da rua, você briga com todo mundo”.

Ele acabou me mostrando o que era o Ministério Público. Ele era desembargador e por isso me fez pensar. Eu acabei amadurecendo a ideia e resolvendo fazer o concurso depois de formado. Eu já trabalhava desde o segundo ano no escritório de advocacia França Ribeiro Advogados, que na época era o segundo de São Paulo. Eu confesso pra você que já no quarto ano fazia defesa oral e ganhava mais que advogado da área cível, porque atuava nas áreas de Direito Administrativo e Direito Tributário. Essa sempre foi uma área com uma remuneração superior.

Foi então que eu falei pro França Ribeiro, hoje já falecido, a quem eu agradeço sempre. Eu falei: “Dr. Luís, eu vou prestar concurso”. E ele me respondeu “Zezinho, você é maluco. Você tem uma carreira aqui dentro e fatalmente você vai chegar a ser sócio do escritório e vai suceder a gente”. Eu falei: “Mas eu vou ser promotor”.

Fiz o concurso, fui reprovado na primeira tentativa e no segundo, quando ele soube que eu ia tentar de novo, me chamou e falou: “Zezinho, volte pra cá, mas se você decidir de novo é a última chance”. Eu acabei decidindo. Fiz o concurso e felizmente passei em primeiro lugar e comecei em Santos como substituto.

Logo depois, o Dr. Oscar Xavier de Freitas, que era o Procurador-Geral, me chamou pra a área de massas falidas aqui em São Paulo. Foi onde eu tive a felicidade de conhecer Dr. Pelegrini, Dr. Cláudio, Dr. Pedro. Espere, está faltando um nome. Sim,, o alagoano, Herberto Magalhães, o Herberto. Estas pessoas me ajudaram muito em termos de formação. Logo no inicio, o Cláudio que era uma pessoa notável no trabalho, começou a me mostrar a importância da racionalização. Ele tinha uma cadernetinha de anotações onde constavam todas as questões de falência resolvidas. Ele me deu uma cópia dessa carteira, que me auxiliou muito depois na função.

Mas, voltando. De Santos, eu fui promovido, em 1973, pra Tupi Paulista, onde, aliás o Dr. Sabella também trabalhou. Curiosamente isso revela como, Dr. Sabella e eu sempre estivemos quase que no mesmo caminho, nas mesmas lutas. Ou seja, uma irmandade forte e voltada para o Ministério Público. Dr. Sabella é um exemplo de vocação para o Ministério Público. E fui pra Tupi Paulista. Fui por vontade própria porque era a comarca mais distante de São Paulo. Eram 720 km, com estrada de uma pista só. Levávamos 12 horas pra chegar àquela época. Eu queria Tupi Paulista, não só porque eu queria ir para o Interior, mas porque queria jogar futebol, aprender a jogar truco. E, realmente, em Tupi fui muito feliz. Tive, felizmente, um bom trabalho lá em termos de reconhecimento. Foi trabalhando lá que eu comecei a enxergar a importância do promotor atender o

público. Algo que a gente chamava de PTB. Esse atendimento ao público depois foi tema, inclusive, de Grupo de Estudos e teve uma tese sobre a importância do atendimento ao público e sobre a necessidade de regulamentá-lo.

Desta época, eu me lembro que o rio Paraná, no mês de, salvo engano, de julho, secava muito e formava uma ilha de quase 400 alqueires, onde o capim nascia verde. Os fazendeiros da região colocavam o gado ali. Nesta mesma ilha, em uma pequena parte dela, os agricultores mais pobres plantavam. Plantavam milho, plantavam feijão. Os fazendeiros jogavam o gado na plantação. Eu desde o início fiz bons relacionamentos com alguns advogados e soube que eram pessoas de bem. Então eu chamei o Dr. Simínio, hoje falecido, que era advogado do Banco do Brasil, e falei: “Dr. Siminio, avisa seus fazendeiros, seus clientes, pois eu sei que você advoga pra quatro deles, que amanhã eu vou de barco até a ilha. Já falei com o juiz e ele vai ordenar que um oficial de justiça me acompanhe. Se alguém tentar alguma coisa contra mim, vou ter testemunha. Eu vou demarcar a área dos agricultores e a área do gado. O oficial de justiça vai certificar isso. Se eles invadirem, eu vou abrir processo criminal contra todos eles”.

Atravessamos e foi uma negociação tranquila. Isso mostrou o quanto o atendimento ao público é importante. O pessoal me procurou chorando: “Nossa plantação esta sendo invadida, doutor”, diziam. Você atende o público e a sociedade percebe a diferença. O promotor, a meu ver, tem que atender o público.

Bom, de Tupi Paulista eu fui pra Penápolis. Isso foi um pouco porque havia muitos amigos meus, juízes e promotores naquela região. Nós jogávamos bola, nos reuníamos de duas a três vezes

por semana. Estavam todos em Penápolis. O Cássio Juvenal Faria, que foi até meu chefe de gabinete depois na Procuradoria Geral, já estava em Penápolis. O Paulo, que já era juiz de Pacaembu, foi pra Penápolis. Então eu acabei indo pra lá também a fim de reunir a turma de novo. Fiquei lá por dois anos. Construí uma casa, fazia o júri, e que o Cássio nos perdoe, mas vou dizer, no meu dia de atendimento ao público, a fila era imensa e no dia dele não tinha público, porque ele era muito bravo. Construí uma casa e quando eu ia me mudar pra lá, surgiu a possibilidade de eu vir pra Santos. Na época, minha filha do meio tinha uma bronquite asmática muito forte. Um médico de Penápolis nos disse que se ela fosse para o litoral se curaria. Acabei indo pra Santos.

Em Santos eu fiquei. Moro lá até hoje. Mas com pouco tempo em Santos, eu tive pelo menos seis ameaças de morte. E não saí de lá por causa disso. Lá nós descobrimos uma fraude violenta envolvendo acidentes de trabalho. Eu processei advogados e consegui que eles pagassem esses acidentados na promotoria. Teve ocasiões nas quais advogados foram interceptados, subindo armados pra falar comigo. Até isso foi bom, pois depois conseguimos sanear a corrupção existente nas perícias. Evitamos o que aconteceu no Rio de Janeiro, três anos depois, quando estourou um escândalo de milhões e milhões de indenizações pagas, que não eram pra ser pagas. Para ser ter uma ideia, uma mesma radiografia era usada em processos de 30, 40 estivadores. Uma radiografia com problema de coluna servia pra 30, 40. Era só trocar o nome. Um escândalo.

Foi então que eu vim pra São Paulo. Eu confesso que não pensava em vir.

Em um dado momento, nós tivemos uma correição em Santos com Dr. Cogan, que era muito temido na época. Faço questão de narrar esse fato até para homenageá-lo. Ele tinha uma percepção muito curiosa. Ele colocava uma pilha de processos em correção, metia a mão e puxava um. Na nossa vez, ele puxou um em que eu atuava na Vara de Fazenda Pública, Mandado de Segurança, Ação Popular, Execução Fiscal. Era um Mandado de Segurança, que revelava o comportamento de certa autoridade. Na mesma hora, ele pediu cópia, mandou para o Secretário de Segurança, mandou um assessor preparar a documentação para mandar para o Secretário de Segurança Pública. Então, o Dr. Francisco, o assessor dele, vendo os meus trabalhos em Mandado de Segurança e Ação Popular, falou: “Burle, você tem que ir pra São Paulo, em Mandato de Segurança”. Aí eu falei: “Eu posso ir, porque é uma área que eu gosto, sempre trabalhei, desde o tempo de advogado. Trabalho aqui em Santos já há algum tempo, mas eu quero uma garantia que eu fique lá. Eu não quero ir para a área penal, não quero mais mexer com crime”. O Dr. Perez, que era o Procurador-Geral na época me chamou e falou: “Burle vem que eu te garanto enquanto eu for Procurador-Geral, você continua. Falo até e falo com o futuro procurador-geral que eu dei esse palavra pra você”. Felizmente deu certo e eu continuei na área de Mandado de Segurança e Ação Popular. Isso até ser promovido a procurador de Justiça.

Depois, quando encontrei o Dr. Congan de novo ele falou: “Burle, você não estranha porque você foi correccionado? A sua promotoria? Acha que foi sorteio? Não! Nós tínhamos informações das ameaças que você estava sofrendo, então nós quisemos mostrar que nós estávamos ali para apoiar você. Não foi pra pegar

nada de você. O meu assessor acabou recomendando a sua vinda pra São Paulo, no setor nobre que todo mundo queria”. Esse é o fato que queria deixar registrado.

Aqui em São Paulo, eu comecei a ter uma atividade além do funcional. Eu sempre achei que o Ministério Público tinha que evoluir, devia ter uma garantia constitucional mais ampla. O texto constitucional sobre o Ministério Público era muito tímido, não nos dava garantia efetiva. Então eu comecei a trabalhar muito nesse setor, pensando, escrevendo. Acabei sendo eleito para uma diretoria da Associação Paulista do Ministério Público, junto com Dr. Fleury. Foi ali que eu comecei a ter um contato maior com Estado inteiro.

APMP: O senhor já está falando da Segunda Instância?

Ainda não, Me refiro à primeira Instância ainda. Na Associação, como eu era Secretário, rodava muito o Estado, também acompanhando os Grupos de Estudos. Participava ativamente do seminário de final de ano e por este motivo acabei sendo eleito coordenador geral dos grupos de estudos, primeira função que eu tive assim de Estado inteiro. Depois da coordenação, Dr. Cláudio Alvarenga me chamou e falou: “Burle você vai ser o diretor da Escola do Ministério Público”. Entreguei o conselho de redação da Revista Justifica, que estava sob minha responsabilidade e depois fui chamado para ser o primeiro diretor da Escola Superior do Ministério Público. Na Escola do Ministério Público, na verdade, nós não tínhamos nada. Era um velho sonho. Inicialmente, todo arquivo

da Escola era meu paletó e minha pasta. Eu não tinha uma sala, uma cadeira, uma escrivaninha, nada. Durante um tempo, a Associação me deu um lado de uma escrivaninha com três gavetas e depois me deu uma escrivaninha completa. Mas fomos crescendo, crescendo, fizemos vários cursos.

Então fui eleito para o Conselho Superior por duas vezes, sempre pela votação dos promotores, sempre em segundo lugar nas votações. Até que surgiu, justamente na segunda vez que eu era do Conselho, a questão da Constituinte. Já tínhamos feito a Carta de Curitiba, que foi o texto básico, o texto mãe, para nós postularmos na Constituição. Essa foi uma estratégia montada sempre por São Paulo. E precisávamos chamar o Brasil inteiro para entrar na luta. Foi por isso que fizemos a Carta de Curitiba.

O Procurador-Geral da República também compareceu. Acho que era o Pertence. Naquela época eu já escrevia. Escrevi duas teses envolvendo o Ministério Público na Constituição. Uma delas desenvolvi junto com Dr. Geraldo Mascarenhas e foi aprovada por unanimidade, salvo num ponto. Eu não queria a eleição do Procurador-Geral, aliás, o Procurador-Geral sendo nomeado pelo governador. Eu queria que fosse aprovado pela Assembleia, porque eu sabia que ai dar o que está dando hoje.

Essas teses também foram usadas no trabalho da Constituinte e fomos então depois designados pelo Conselho, juntamente com Dr. Sabella e com o Dr. Araldo, para compor o núcleo de trabalho central da Constituinte em Brasília. É importante explicar isso de forma bem rápida, o que a gente chama de núcleo. Porque na verdade, o Dr. Sabella e Dr. Araldo, eram da CONAMP. E isso foi um fator importante: termos a CONAMP naquele momento. A

CONAMP reúne todas as associações que representam o Ministério Público, e nós precisávamos, sabíamos que íamos precisar do apoio de promotores do Brasil inteiro. Segundo dados, fizemos o segundo melhor lobbie da constituinte.

Chegamos em Brasília, obviamente ficamos no hotel. Nós íamos na segunda-feira e voltávamos na sexta-feira, às vezes no sábado. Esse núcleo o que fazia? Nós começamos a fazer a coordenação em nível de Brasil. Estimular os promotores do Brasil a tentar ir para a Constituinte, a participarem da Constituinte. Eu fui encarregado pelo Sabella e pelo Araldo de estudar. O Ibsen Pinheiro, naquela época, já comentava, que nós deveríamos saber muito bem o regimento interno da Constituinte, que era um ponto essencial pra se saber. Então eu fiquei na biblioteca da Câmara, durante vários dias, estudando, vendo precedentes, jurisprudência de regimento interno, enquanto Dr. Sabella e o Araldo entravam em contato com o Brasil inteiro, já preparando toda engenharia da nossa atuação. Para sintetizar, Dr. Sabella e eu fomos assessores oficiais, ou seja, com ato de designação do Dr. Plínio de Arruda Sampaio, que foi o relator da primeira subcomissão, envolvendo judiciário e Ministério Público. Nós preparamos esse texto, que foi o texto embrionário, que foi o primeiro texto posto efetivamente nos trabalhos da Constituição.

Faço questão de nos reputar esse trabalho porque realmente o texto saiu muito bom e nós éramos assessores de aceitar ou não emendas e da redação final. Quer dizer, uma assessoria muito importante, graças ao Dr. Plínio. Daí pra frente é a história que está no nosso último livro, onde Dr. Araldo, Dr. Sabella e eu descrevemos os 25 anos de Ministério Público.

Basicamente, eu acho que houve um confronto e isso precisa ser registrado, entres os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal queria manter advocacia e nós éramos contra Isso. Foi uma luta muito dura, mas conseguimos aprovar a proibição de advocacia para o promotor, seja ele estadual, seja ele federal. Acho que esse foi um ponto de grande evolução para o Ministério Público, porque eu não conseguia ver razoabilidade entre você ser promotor e ao mesmo tempo advogar. Isso era um cancro que atrapalhava até mesmo o entendimento da sociedade e dos poderes constituídos, sobre o papel do Ministério Público. Assim como era a questão da Execução Fiscal, que nós éramos na verdade advogados da União na execução fiscal. Conseguimos essa proibição para advocacia, o que foi um grande passo. Eu o coloco entre os três maiores pontos da Constituinte, em termos de resultados futuros.

Os outros foram os poderes que nós assumimos, competências e a visão, não digo nem visão, o convencimento que os Constituintes passaram a ter de que nós tínhamos um trabalho. Não queríamos ganhar mais, só queríamos trabalhar mais pra sociedade, com mais funções constitucionais. Nós queríamos trabalhar para o Brasil e precisávamos de um órgão que representasse efetivamente o povo. Esse, talvez, tenha sido o primeiro e maior trabalho nosso. De passar essa imagem, real, franca, para os Constituintes, de que nós não estávamos ali para procurar alguma vantagem pessoal. Isso foi muito importante.

O terceiro ponto foi, justamente, a logística desse trabalho. Quando nós começamos a levantar, no Brasil inteiro, imagine no Brasil inteiro, isso em 87, 88, quais eram os promotores que conheciam os

Constituintes, descobrimos que no interior de Sergipe, tinha um promotor que era amigo do Constituinte tal, e no qual o Constituinte confiava. Nós chamamos esse promotor pra Brasília e ele era orientado pra falar com o tal Constituinte do seu Estado. Nós preparamos um manuscrito com as principais perguntas sobre o Ministério Público: Porque devemos ter Ação Civil Pública? Porque devemos ter autonomia administrativa? Isso com perguntas e respostas. Esse promotor recebia esse manuscrito, nós mostrávamos pra ele o que ele devia responder e dizíamos: “Se o deputado ou senador constituinte não perguntar pra você isso, no fim você deixa pra ele uma cópia e pede pra ele ler”. Então nós chamamos o Brasil inteiro pra Brasília. Logicamente não num primeiro momento. E a Associação bancou, a Associação Paulista do Ministério Público bancou algumas despesas. Chegamos no texto constitucional, que praticamente é a carta de Curitiba, onde efetivamente houve o que eu digo, a constitucionalização do Ministério Público.

Voltando depois da constituinte, eu, por ter participado em Brasília, fui chamado pra muitas reuniões dos Grupos de Estudos, onde expus aos promotores todas essas dificuldades, a necessidade que nós temos de uma atuação dentro da razoabilidade, do princípio da razoabilidade. Mas sempre reconheci, que como nós estávamos recebendo muitos poderes, íamos ter, o que é natural no ser humano, excessos. Os promotores, não todos, mas vários, querendo fazer, fazer, fazer e sem perceber que do outro lado também há uma pessoa, que também tem direito à dignidade humana, uma garantia constitucional. Que sempre deveria ver a pessoa investigada como uma pessoa. Se cometeu um erro, deve

ser punida. Mas não se deve entrar com uma ação, só pra entrar com uma ação. Isso eu sempre preguei dentro da Instituição, porque eu acho que onde há excesso, a tendência de perda futura de poder é muito grande. Eu exemplificava com Ação Popular, que outrora era um instituto muito importante e quer entrou em decadência pois começou a ser usada de forma não razoável, ou seja, o político querendo processar outro político adversário. Então, o promotor a meu ver, tem de ter essa decisão de cautela. Eu me lembro que no Conselho Superior do Ministério Público, já examinando a Lei de Improbidade, eu dizia que a média ilegalidade não pode ser considerada improbidade administrativa. Ou seja, não é todo servidor público que comete uma ilegalidade eu é improbe. Ele pode estar agindo de boa fé, querendo atingir a finalidade pura, só que interpreta mal a lei e cumpri a lei de forma errada. Se fôssemos processar todo mundo, nós daqui a pouco não íamos ter servidor público decidindo, porque era melhor negar e deixar o cidadão que teve a negativa entrar no judiciário com uma ação pra obter o que a administração lhe negou. Nós íamos atolar o judiciário. Ia gerar uma ineficiência administrativa. Essa sempre foi uma preocupação minha, de termos razoabilidade na conduta funcional, lembrando que do outro lado nós temos um cidadão, uma pessoa humana.

Eu fui combatido um pouco por isso na campanha minha pra procurador-geral, mas felizmente, pela votação que eu tive, especialmente na segunda eleição, os promotores entenderam bem minha posição.

Na procuradoria-geral, rapidamente, eu procurei racionalizar o serviço dos promotores. Era minha grande preocupação, desde o

tempo em que eu recebi a cadernetinha do Cláudio Alvarenga. Passei a criar grupos especiais de atuação. Fomos os primeiros do Brasil a criar o GAECO, que foi criado em São Paulo, na nossa gestão. Hoje o Brasil inteiro tem GAECO. Tem GAECO na Polícia Civil, GAECO até em outras entidades de fiscalização. Felizmente, porque o crime organizado hoje é tão organizado, que se nós não tivermos uma organização específica para enfrentar essa outra organização, seria impossível combatê-lo.

Eu idealizei o GAECO. Como? Um grupo de promotores, de preferência indicados, aquela época pelas promotorias criminais, solteiros, porque eu não queria ameaças, a mulher e aos filhos dele, e queria uma atuação não individual, difusa. Precisa contar com auxílio externo. E sabendo que nos Estados Unidos a corrupção foi, em grande parte, enfrentada com a questão tributária, eu fui ao secretário da Receita Federal aqui. Meu pai tinha sido fiscal federal e foi diretor da área federal, em cargo semelhante ao dele. Pedi a ele que me cedesse fiscais federais. Ele me cedeu dois fiscais federais, que passaram a atuar junto com os promotores. Com isso nós nos tornávamos mais eficientes na nossa investigação, porque nós tínhamos informações oriundas da área tributária. Pena, e eu lamento isso, não é crítica a ninguém, mas depois de eu ter deixado a procuradoria-geral, o GAECO foi voltado mais pro combate à improbidade, quando eu acho que nós podíamos ter um grupo de combate ao crime organizado e outro voltado à improbidade administrativa. Distantes, mas obviamente cruzando as informações. Então, com isso, nós deixamos um pouco, durante algum tempo, o GAECO de ter a função dele, que era de combater efetivamente, especificamente, o crime organizado. Quando eu era

procurador de Justiça, o Edis Milaré, era o coordenador do Centro de Apoio do Meio Ambiente. Nós estivemos juntos com Elias Jacob, o dono da ideia inicial. Nós criamos a equipe regional de proteção ao meio ambiente do litoral, pegando desde Peruíbe até Caraguatatuba, excluindo Caraguatatuba. E nesse período nós, isso também me revelou a necessidade de racionalizar e de confiar no promotor, na verdade nós nos reunimos com um promotor de cada comarca, e eu coordenava o trabalho de todos. Nós recebíamos uma denúncia, nos reuníamos, falávamos, “vamos abrir um procedimento ou não”. O resultado disso foi que todas as ações propostas eram decididas pelo colegiado. Nós chegamos a ter no Brasil, 70% das ações civis públicas ambientais propostas. Um exemplo em termos de Brasil. Quase todas contra as indústrias do Vale do Cubatão. Os mais jovens não se lembram, mas Cubatão foi taxada como a cidade mais poluída do mundo. A Serra do Mar estava sendo destruída pela poluição sem nenhum controle, então nos fizemos a Ação Civil Pública, que ainda tramita, mas que já gerou os benefícios que nós precisávamos. Os básicos, contra todos as indústrias de Cubatão para que eles instalassem filtros, evitassem a poluição e restaurasse a Serra do Mar. O juiz deu liminar para restauração da Serra do Mar, que foi feita através de helicóptero, por conta das empresas. E o Estado participou, mas na verdade as indústrias, sabendo da Ação e temendo uma condenação, elas mesmo tomaram providências para adotarem instalações adequadas que não poluíam. Hoje, Cubatão é uma cidade liberada da poluição. Essa foi uma Ação que gerou um benefício muito grande para toda a coletividade, inclusive São Paulo, por causa da Serra do Mar. Foi uma Ação pioneira e essa equipe acabou, não sei por que. Quando eu comecei a fazer o

trabalho em Brasília, ela acabou desaparecendo. Mas foi um trabalho que mostrando que, você pode confiar no promotor, olha isso aqui é bagatela, isso aqui é do Órgão Especial, eu não vou abrir inquérito civil, não vou pedir atuação de CETESB, isso tudo é bobagem, porque lá na frente vai arquivar, então deixa o Órgão Especial atuar, aplicar a multa.

Quando o governador Mario Covas não me nomeou, eu pra evitar um confronto permanente dentro da instituição e querendo obviamente o bem do Ministério Público, porque fatalmente o pessoal ia querer que eu fosse candidato na outra eleição, e como eu tinha batido feio no Covas, sabia que ele não me nomearia nunca mais. Então eu pedi aposentadoria e estamos aposentados até hoje.

APMP – O senhor encerrou a carreira em 12 de abril de 1996. O senhor deixou a procuradoria em 7 de fevereiro de 1996. O senhor tirou férias ou já saiu de vez?

Não, foi imediato

APMP: Do que o senhor mais gostou na procuradoria?

Entrevistado – Olha, na procuradoria, em termos de atuação, foi o GAECO, a criação dos Grupos. Foi até muito boa a pergunta. Eu criei o Grupo Especial de Combate ao Crime de Sonegação Fiscal, porque como meu pai tinha sido fiscal, eu sabia o quanto era importante a arrecadação. Para você atender a sociedade, o sonegador prejudica, não tanto quem está no mais alto nível da

sociedade, prejudica o pobre mesmo. Então com isso eu queria perseguir o criminoso fiscal. Foi até curioso porque, dentro da minha preocupação de eficiência, eu chamei o pessoal da Secretaria da Fazenda e falei: “Olha, vocês me mandem os procedimentos fiscais mais importantes, os que tenham relevância pra casos futuros também”. Eles mandavam e nossa equipe examinava. Depois eu comecei a ser acusado de estar arquivando sonegação fiscal, quando na verdade eu fazia o trabalho por amostragem. De vez em quando ia um ou dois promotores, pegavam vários processos, que não tinham sido enviados, para saber se estavam enviando aqueles que nós queríamos. Eu fui a uma reunião de secretários de Estado e o Secretário da Fazenda pediu a palavra. Ele falou: “Eu gostaria de cumprimenta-lo, Dr. Burle. Ele criou um Grupo de Combate e Sonegação Fiscal, que está tendo uma repercussão imensa juntos aos contribuintes. A arrecadação do Estado subiu quase 8%, depois da criação do Grupo, então eu queria agradecer publicamente, perante todos aqui, a criação desse Grupo, e com isso nós conseguimos o aumento do nosso orçamento”. Ou seja, quando o Estado, como entidade, percebeu que nós tínhamos uma função, que trazíamos um benefício também de ordem tributária, de arrecadação, ele também quis nos ajudar, dando de contrapartida, um melhor aparelhamento. Isso foi muito importante mesmo.

Criamos, dentro dessa minha preocupação de atender o público, a promotoria de atendimento ao público aqui de São Paulo, onde o Dr. José Oswaldo Molineiro, desde o início até pouco tempo atrás foi o titular, por designação minha. Ele sempre gostou de atender o público e eu sabia. Ele sempre falou que essa foi a grande experiência da vida dele.

E na Escola, eu me lembro da Dra. Cyrdemia Gama Botto. Eu falei para ela: “Você não quer ser uma das nossas instrutoras aqui do grupo de promotores que vão dar curso, aula, coordenar o curso?” E ela prontamente aceitou. A Dra. Cyrdemia já revelava ali que gostava de trabalhar.

Um fato importante, eu sempre quis ver o menor de rua, fora da rua. Procurei o prefeito Paulo Maluf, fui ao gabinete dele, não pedi pra ele vir aqui. Falei: “Prefeito, estou aqui para o senhor tirar os meninos de rua”. E ele respondeu: “Dr. Burle, isso é quase impossível”. Eu disse: “Não, nós fazemos um TAC. Vou dar um prazo pro senhor, vou auxiliar a Prefeitura e as entidades que podem receber menores. Vamos fazer campanhas de doação pra essas entidades”. Aí ele concordou e nós celebramos um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) no qual a Prefeitura de São Paulo se obrigava a não ter menores de rua, num período de 4 ou 5 anos, e nós daríamos essa retaguarda. Assinamos esse TAC. Mas com a minha saída, isso não foi pra frente, o que foi uma pena. Por que ali, talvez nós tivéssemos um embrião, de como solucionar essa questão dos meninos de rua.

Vou relembrar um fato e para isso voltar a Tupi Paulista. Eu não quero tirar o mérito do Suplicy, mas eu também vi essa questão dos menores, dos quais a mãe é abandonada pelo pai, fica sem dinheiro pois a previsão do código civil de alimentos ficava inócua. A família não tinha condições de dar alimento pra criança. Alimento que eu digo, estudo, questão monetária. Quando eu cheguei em Penápolis, também percebi isso e comecei a escrever, a pensar na criação de um Fundo Nacional de Prestação Alimentícia. Fiz um estudo sobre isso. Escrevi um projeto de Lei criando o Fundo Nacional de Prestação Alimentícia, onde cada contribuinte da Previdência Social

recolheria um percentual a ser calculado, muito pequeno. O acréscimo no custo das empresas seria muito pequeno e o valor arrecadado ficaria em cada Comarca. Por exemplo, o valor arrecadado lá em Penápolis, ficaria em Penápolis e seria administrado pelo promotor e pelo juiz de menores. Com isso, a minha ideia era tirar a interferência política nesses fundos que arrecadam verbas. Este seria o embrião da bolsa família, que o Suplicy, ou não sei quem, acabou construindo.

Você teria no Brasil inteiro uma bolsa mensal a ser distribuída para as mães que estavam aprovadas como necessitadas pela promotoria e pelo Poder Judiciário. Ou seja, um benefício social.

Em 84, tivemos uma comissão muito grande instituída pelo Presidência da República para a criação desse fundo, que foi visto como a melhor sugestão pra solucionar o problema de meninos de rua. Anos depois, acabou vindo algo semelhante.

APMP: Fale um pouco do seu relacionamento com os promotores durante o período que o senhor ocupou o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Eu reconheço que no meu tempo era mais fácil que hoje. Hoje o Ministério Público cresceu muito. Você tem seus assessores que são pessoas de sua confiança. Eu confesso que nunca tive dificuldade de relacionamento. Meu pai me ensinou desde cedo, que raiva só faz mal pra quem tem, então eu tinha na minha mesa, uma tabuleta com um ditado: “Raiva só faz mal pra quem tem”. Quando vinha alguém bravo comigo, eu punha a tabuleta. “Não adianta brigar que eu não vou ter raiva de você.”

APMP: E o pessoal chegava com raiva à PGJ?

Às vezes chegava. Procurador então, chegava bravo. Especialmente porque eu tive que racionalizar o trabalho na segunda instância, o que gerou, para alguns procuradores, um prejuízo. Mas era necessário. Precisávamos da restauração de uma eficiência mais efetiva. Eu queria um trabalho maior de alguns procuradores e eles ficaram bravos comigo. Então eu mostrava a minha tabuletinha, “raiva só faz mal pra quem *tem*”.

Eu sou feliz por ter escolhido grandes nomes: Dr. Barra, depois presidente da Associação; Dr. Fernando Grella, Procurador-Geral, Secretário de Segurança Pública, assessor de direto; Dr. Marcio Elias Rosa, assessor direto, Procurador-Geral; Dr. Olheno, membro do Conselho Superior. Vários acabaram seguindo uma carreira voltada para a política, porque o promotor ou fica só na função dele ou parte pra uma atuação política, pensando no Ministério Público como instituição, pra melhorar a instituição. E vários partiram pra essa área de política no bom sentido, que é a boa realização do interesse público, que é o conceito mais adequado de política não partidária.

O Centro de Apoio, que nós tivemos com Dr. Barra, é outro fato que eu tenho muito orgulho. Nós implantamos aqui em São Paulo, depois o Brasil inteiro o fez. O teste do pezinho, isso trouxe um benefício imenso pra saúde pública do Brasil. Os promotores começavam a cobrar, aí o Brasil inteiro adotou. Em suma, a gente tenta fazer as coisas. Às vezes dá certo e às vezes não dá.

APMP :Como o senhor avalia o preparo destes profissionais?

Tem promotor que é excelente, fantástico, mas se você o chama pra área política, assessoria, ele não vai bem.

APMP: Alguns deram entrevistas para a APMP e nos disseram que não gostaram da experiência

Entrevistado – Porque alguns não têm vocação pra isso. E isso não é defeito, é da natureza de cada um. Você pega o Dr. Sabella, por exemplo. E eu sou suspeito, mas o Dr. Sabella foi radialista, vereador. Obviamente, só poderia ser um bom promotor. Teve a visão do todo e fala bem, cabeça boa, escreve bem.